

## UM BALANÇO BIBLIOGRÁFICO SOBRE A REBELIÃO DE ESCRAVOS AFRICANOS DURANTE A GUERRA DE INDEPENDÊNCIA NA BAHIA

Antonio Cleber da Conceição Lemos<sup>1</sup>

### Resumo:

A Guerra de Independência do Brasil na Bahia foi um momento que contou com a presença de agitação popular e de rebeldia por parte de vários grupos da sociedade baiana, entre eles, os escravos de origem africana. No momento da guerra, mais especificamente, na data de 19 de novembro de 1822, durante as batalhas de Pirajá, aconteceu um levante de escravos africanos contra as tropas baianas. Nossa pretensão é discutir, à luz da “história vista de baixo”, como a rebelião foi tratada pela historiografia da Independência e relacionada aos fenômenos da resistência escrava e da formação do Estado nacional brasileiro. Identificamos que historiadores que se preocuparam em discutir as tensões internas da sociedade baiana ocorridas durante a Guerra de Independência realizaram avanços no que concerne à discussão sobre a relevância da rebelião escrava aqui referida.

**Palavras-chave:** Guerra de Independência; escravos africanos; historiografia.

Os aportes teóricos da “história vista de baixo” têm sido utilizados por historiadores que buscam investigar a experiência social dos sujeitos das camadas subalternas, suas estratégias de sobrevivência, suas lutas cotidianas, políticas e econômicas; a resistência e as práticas culturais também têm sido objetos de estudo dessa área da história social.

O entendimento da história a partir das ações das pessoas comuns ou das ações políticas dos movimentos sociais das classes subalternas têm sido uma possibilidade viável para entendermos determinados fenômenos proporcionando a ampliação das discussões acadêmicas na área de história. Investigando as expectativas, os projetos e até mesmo as ações inconscientes dos sujeitos das camadas subalternas, podemos entender múltiplas faces da história de um evento ou de um fenômeno ou questionar os dados oferecidos pelos registros da documentação.<sup>2</sup>

O estudo da rebeldia da população escrava durante a Guerra de Independência, certamente, pode nos trazer discussões e conclusões que tentem dar conta dos interesses e projetos de uma parcela da população escrava embutidos nesse momento histórico. Fenômenos como a resistência escrava e a formação do Estado nacional coincidem com tensões sociais e disputas que resultaram em um conjunto de acontecimentos que

sacudiram a Bahia no início do século XIX. Esses episódios não são fatos isolados e fazem parte de contextos onde várias questões podem estar embutidas. Nessa perspectiva, é preciso entender a Guerra da Independência na Bahia não apenas através do conflito baianos versus portugueses, mas também, a partir da outra guerra travada pela elite senhorial baiana: a luta contra as tensões internas.<sup>3</sup>

E o que os historiadores da Guerra de Independência têm realizado em relação às considerações da história vista de baixo? Antes de partirmos para essa discussão, vejamos o cenário em que a guerra de independência na Bahia e a rebeldia escrava estavam inseridos.

Entre o final do século XVIII e o início do XIX, a Bahia viveu um *boom* na exportação açucareira. Isso gerou uma demanda grande por escravos. Em 1808, com a chegada da família Real e elevação de *status* político da América Portuguesa, há um incremento do tráfico de escravos. Na Bahia, a demanda por essa mão-de-obra foi preenchida, em grande medida, pelas guerras santas que ocorreram naquele momento na região ao redor do golfo do Benin na África. Para Salvador e Recôncavo vieram, trazidos pelos navios negreiros, escravizados pertencentes a vários povos, entre eles, os oriundos dos reinos islâmicos e da Iorubalândia.<sup>4</sup>

Entre 1807 e 1835, escravos africanos empreenderam um ciclo de revoltas em Salvador e Recôncavo que, entre os atos de rebeldia, incluem-se desde conspirações até confrontos armados. Entre 1807 e a metade da década de 1820, os primeiros a liderarem revoltas foram os da “nação” Haussá; a partir da metade da década de 1820 até a Revolta dos Malês em 1835, os nagôs passaram a ocupar mais esse lugar de “nação” africana rebelde.

O ciclo de revoltas coincidiu com momentos importantes da história política da Bahia e do Brasil no início do século XIX: chegada da Família Real, processo de emancipação política da América portuguesa, Guerra de Independência, Primeiro Reinado e o conturbado período regencial quando a Bahia foi sacudida por revoltas federalistas. Segundo João José Reis, esse ciclo de revoltas escravas constituiu uma tradição de rebeldia por parte dos africanos escravizados na Bahia. Tradição esta formada por estratégias e rituais de revoltas e que contribuiu para formar identidades étnicas e religiosas nas comunidades africanas de Salvador e Recôncavo.<sup>5</sup>

A luta pela liberdade também foi uma questão embutida pelos escravos na Guerra de Independência. Entre as ações de rebeldia escrava figurou um levante que

aconteceu durante os embates entre as tropas brasileiras e portuguesas em Pirajá, nas imediações de Mata Escura e Saboeiro, Cidade do Salvador, na data de 19 de novembro de 1822, no calor da guerra. Nesse confronto, “cêrca de 200 africanos escravos atacaram as posições dos independentes”,<sup>6</sup> por volta de 50 escravos foram fuzilados e o general Labatut ordenou o açoitamento do restante.

Esta rebelião foi citada por alguns autores, geralmente, baseados no relato de Inácio Accioli anotado por Braz do Amaral no livro *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*. Não pretendemos, neste texto, fazer uma análise sobre esse levante, nossa pretensão é discutir, à luz da história social, como a rebelião foi tratada pela historiografia da independência e relacionada aos fenômenos da resistência escrava e da formação do Estado nacional brasileiro. Objetivamos, especificamente, entender como esse levante está presente nas narrativas das obras estudadas, como estas o inserem nas discussões sobre a guerra e sobre os fenômenos acima mencionados, além de entender o nível de autonomia de ação política que a historiografia credita aos sujeitos que empreenderam a rebelião.

Segundo o relato de Accioli, a rebelião teria sido instigada por Madeira de Melo: “Com effeito constava no exercito que o general Madeira tratava de rebelar a escravatura do recôncavo, para melhor obstar ao rápido andamento da causa brasílica”.<sup>7</sup>

Ao narrar o acontecido, Accioli atribui a causa do ataque dos africanos às tropas como um revide por parte do general português Madeira de Melo ao convite feito por Labatut “aos soldados que ocupavam a Capital, convidando-os por uma proclamação a desertarem para o interior, e assegurando a cada um que se lhe apresentasse a quantia de 30\$000, em dinheiro e uma sesmaria de terras”.<sup>8</sup>

Possivelmente, o relato de Inácio Accioli pode ter sido impregnado de concepções das elites proprietárias baianas, assim como ele próprio era pertencente a essa camada. Podemos destacar a própria lógica da narrativa de seu texto, pois, para o autor, a ação rebelde dos escravos teria sido motivada pelos portugueses sitiados em Salvador.

Podemos afirmar que o volume III, no qual está relatada a rebelião, é um livro em que a lógica de narrativa é coerente com o que afirmamos acima, ou seja, a narrativa de acontecimentos é constituída de fatos descritos numa ótica em que o que parece relevante para as *Memórias Históricas e Políticas da Bahia* são os atos políticos das

elites. O Livro é anotado por Braz do Amaral, no entanto, o episódio o qual nos referimos não teve nenhuma anotação por parte desse historiador.

A rebelião também é narrada pelo próprio Braz do Amaral, Em seu livro, o autor mantém intacta a versão de Accioli, de que os escravos teriam sido incentivados à rebeldia pelos portugueses. Além disso, ele aponta que a causa de os portugueses terem incentivado o levante de escravos contra as tropas baianas foi pelo fato de: “A riqueza destes proprietários se apoiava, em grande parte, no trabalho escravo e eram escravos deles que em muitas ocasiões serviam, de maneiras diversas, ao partido nacional. Levantaram por isto os portugueses contra eles uma revolta servil”.<sup>9</sup>

A rebelião também mereceu menção por parte do historiador Vanderley Pinho: “Um troço de duzentos africanos, lançados pelos lusos sobre as linhas brasileiras, é batido em Saboeiro, bem junto à cidade (dia 1º) e outros duzentos negros da África a 19 são destroçados pela cavalaria baiana”.<sup>10</sup> Pinho repete a versão de Accioli, os escravos teriam sido lançados pelos portugueses, no entanto, Pinho traz um elemento novo na narrativa, o historiador afirma que houve dois combates entre as tropas baianas e os escravos rebeldes no mês de novembro, dados que não são encontrados em Accioli e em nenhum documento lido pelos autores que elencamos neste trabalho. Porém, Pinho não faz referência à fonte utilizada. Teria esse autor lido algum documento que poderia ajudar a responder questões sobre a ação rebelde dos escravos durante a guerra? Infelizmente, não temos pistas que nos levem a afirmar nem positivamente e nem negativamente.

Amaral e Pinho, entre os historiadores elencados neste texto, os mais apegados à narrativa tradicional sobre a Independência, são autores preocupados em entender, especificamente, o conflito luso-baiano, as discussões em torno de como as tensões que assolavam a ordem da sociedade baiana afetavam a guerra ainda não faziam parte de suas abordagens. Talvez, isso tenha influenciado suas afirmações sobre a rebelião de escravos aqui referida. No caso, a segunda rebelião que Pinho menciona, a do dia 19 de novembro.

A partir da década de 1970, com o surgimento de pesquisas realizadas por historiadores da Independência na Bahia ligados à história social, buscando assim, interligar a guerra a problemas sociais e políticos da Bahia do início do século XIX, podemos verificar uma postura diferente das afirmações da historiografia sobre a rebelião.

Para Luis Henrique Dias Tavares, esse levante é mais um evento relacionado à “guerra dos escravos contra a escravidão”. Este historiador argumenta que essa era uma das questões embutidas na Guerra de Independência.<sup>11</sup> O autor demonstra um ceticismo em relação ao que registra a documentação, relativizando a afirmação de Accioli discutida acima. Segundo Tavares, “Consciente ou não, de propósito ou não, (...) o livro de Accioli apareceram para valorizar a Bahia e os baianos em mais um instante difícil da construção do Brasil independente e soberano”.<sup>12</sup> O autor se refere à Revolta dos Malês e à Sabinada que aconteceram durante o período regencial, ocorridas entre 1835 e 1838, época em que a obra de Accioli foi publicada.

No momento da publicação de *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, certamente, a discussão que ocupava as autoridades era a construção da unidade baiana e o forjamento da identidade da população em torno do respeito à hierarquia da sociedade, então, podemos sugerir que não foi interessante para as elites baianas creditar mérito político a escravos em uma obra cujo objetivo era forjar uma memória da história da Bahia. Apesar de lançar essa discussão em seu livro, Tavares não a aprofunda de maneira a relacioná-la diretamente ao levante, mas sua análise sobre como o relato de Accioli estava inserido no contexto da publicação nos traz dados importantes a serem levados em conta ao lermos *Memórias Históricas e Políticas da Bahia*.

João José Reis, ao discutir a participação escrava na guerra de independência na Bahia, menciona a rebelião alvo de nosso balanço bibliográfico afirmando: “Esta foi a única ocasião em que parece ter havido influência dos portugueses na decisão dos escravos de se levantarem”.<sup>13</sup> Ao utilizar a palavra “parece”, o historiador desconfia da afirmação de Braz do Amaral baseada em Inácio Accioli, no entanto, não rompe com ela totalmente, possivelmente, por não encontrar outros registros ou indícios que o levem a se opor a Accioli e Amaral com maior segurança.

Ainda sobre as contribuições de Reis, interessante a discussão que este trava com F. W. O. Morton. Segundo este, os escravos haviam perdido as chances mais propícias para se rebelarem<sup>14</sup>. No caso da guerra de independência, Reis argumenta que “os escravos em geral entenderam não ser uma boa ideia rebelarem-se num momento em que seus senhores se encontravam tão bem armados”.<sup>15</sup> Ou seja, para Reis, as rebeliões escravas não eram ações desesperadas, os escravos faziam uma leitura do momento histórico, esta leitura tinha a ver com a política do cotidiano das relações

escravistas. Assim, Reis não subestima a capacidade de entendimento dos escravos em relação à situação política da província.

No caso desta revolta de escravos, sabe-se que ela foi duramente reprimida pelas tropas comandadas por Labatut, este ordenou a execução de mais de cinquenta dos escravos revoltosos e o açoitamento do restante. O Conselho Interino de Governo reagiu negativamente à execução sumária dos negros.

Para Sérgio Guerra Filho, não se trata de uma preocupação humanitária por parte da elite senhorial baiana, mas sim, uma preocupação material para com a produção açucareira que tinha nos escravos sua principal peça. Segue o autor afirmando que: “A guerra que queriam os grandes proprietários baianos deveria, além de expulsar os portugueses da cidade de Salvador, garantir as bases materiais e políticas de continuidade de seus privilégios sociais”.<sup>16</sup> Dessa forma, o autor acaba levantando outra problemática em relação ao episódio: o temor que as autoridades baianas tinham em relação às rebeliões e às movimentações da escravaria rebelde no período da guerra, pois isso funcionaria como um elemento desestabilizador da ordem.

Ao lembrarmos a narrativa de Accioli sobre o levante, lembramos que para esse cronista a rebelião de escravos havia sido instigada pelos portugueses. Existem outros documentos que fazem referência a essa ligação direta entre rebeldia escrava e portuguesa. Guerra Filho, utilizando documentação produzida pelas autoridades baianas, problematiza essa ligação direta, assim, o autor questiona a documentação que registra ações rebeldes de escravos como sendo instigada pelos portugueses, segundo o autor, “Protagonismo político era, segundo a visão de mundo de autoridades e proprietários baianos, coisa exclusiva dos brancos”.<sup>17</sup>

Podemos destacar que a relevância dos estudos de Guerra Filho para os fins desse trabalho está no exercício de relativizar os registros, realizando assim um confronto entre os interesses em jogo das elites e as questões pertinentes às classes subalternas baianas do início do século XIX, assim podemos esboçar um entendimento sobre os objetivos e projetos que moviam ações rebeldes dos cativos, além de podermos entender as repercussões das ações rebeldes desses sujeitos. Uma contribuição teórica importante para a história vista de baixo ao entender que é possível reconstruir a história dos sujeitos das classes subalternas através dos registros das elites sempre relativizando as visões de mundo contidas nos núcleos dos relatos.<sup>18</sup>

Dentro dos objetivos que buscamos alcançar com o balanço historiográfico apresentado neste texto, podemos concluir que a historiografia baiana mais recente ligada à história social sobre a guerra de Independência do Brasil na Bahia apresenta uma tendência a entender o levante de escravos ocorrido durante as batalhas de Pirajá com desconfiança em relação à versão de Accioli. Podemos destacar que leituras críticas sobre a documentação – em que a própria obra do Accioli faz parte – tem contribuído para que se possa discutir a relevância dessa rebelião dentro do contexto da guerra.

Na versão de Accioli, os escravos rebeldes eram mera “massa de manobra” para o interesse dos portugueses sitiados em Salvador: atrapalhar a campanha militar dos baianos. Já os historiadores ligados à história social da guerra de independência, ou seja, aqueles comprometidos em levantar questões sobre as tensões sociais que permeavam a guerra, esses têm questionado a afirmação do memorialista e, até mesmo, como no caso de Tavares, se posicionado de forma contrária a sua concepção. Para os historiadores sociais elencados, a resistência escrava é um elemento a ser levado em conta nos processos em curso durante a guerra. Além disso, para esses historiadores, os escravos não foram testemunhas passivas e sem autonomia de ação durante a guerra e a formação do Estado nacional brasileiro. No entanto, para que sejam realizadas afirmações mais ousadas, é necessário que a pesquisa empírica proporcione bases para isso.

---

<sup>1</sup> Antonio Cleber da Conceição Lemos é graduando em licenciatura em história pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

<sup>2</sup> Para uma discussão sobre a história vista de baixo ver: SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas* / BURKE, Peter (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 1992, p. 39-62. THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.

<sup>3</sup> Sobre a guerra das autoridades baianas em prol da manutenção da ordem durante a guerra de independência ver: GUERRA FILHO, Sérgio A. D. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador: PPGH-UFBa, 2004.

<sup>4</sup> Sobre a relação entre a demanda por escravos causada pelo aumento da exportação açucareira e as Jihad na costa ocidental da África ver: LOVEJOY, E. Paul. Jihad e escravidão: as origens dos escravos muçulmanos da Bahia. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, nº 1, p. 11-44, 2001. REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 159-175.

<sup>5</sup>Para uma contextualização das revoltas escravas na Bahia portuguesa e independente ver: REIS, J. J. *Rebelião Escrava no Brasil: A História do Levante dos Malês em 1835*. Edição revisada e ampliada. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 68-94.

---

<sup>6</sup> Braz do Amaral narra o levante em: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957, p. 284-285.

<sup>7</sup> ACCIOLI, Inácio. *Memórias Históricas e políticas da província da Bahia*. Volume III. Anotado por Braz do Amaral. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1931, p. 401.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Braz do Amaral narra o levante em: AMARAL, Braz do. *História da Independência na Bahia*. Salvador: Progresso, 1957, p. 284-285.

<sup>10</sup> PINHO, Wanderley. A Bahia, 1808-1856. In: HOLLANDA, Sérgio Buarque de. (org.) *História Geral da Civilização Brasileira*: Tomo II Volume 2. São Paulo: Difel, 1972, p. 261.

<sup>11</sup> TAVARES, Luis Henrique Dias. *A independência do Brasil na Bahia*. Salvador: EDUFBA, 2005, p. 165.

<sup>12</sup> Idem, p. 163.

<sup>13</sup> REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na independência da Bahia. In: *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista* / REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs.). – São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 96.

<sup>14</sup> MORTON apud REIS, João José. O levante dos Malês: uma interpretação política. In: *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista* / REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs.). – São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 120.

<sup>15</sup> REIS, João José. O jogo duro do Dois de Julho: o “Partido Negro” na independência da Bahia. In: *Negociação e Conflito: A resistência negra no Brasil escravista* / REIS, João José e SILVA, Eduardo (orgs.). – São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 96.

<sup>16</sup> Sobre a guerra das autoridades baianas em prol da manutenção da ordem durante a guerra de independência ver: GUERRA FILHO, Sérgio A. D. *O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência do Brasil na Bahia*. Dissertação de mestrado. Salvador: PPGH-UFBA, 2004, p. 90-91.

<sup>17</sup> GUERRA FILHO, Sérgio. Escravidão e Rebelião: A Participação Escrava na Guerra da Bahia (1822-1823). In: *Populações negras na Bahia: ensaios de história social* / OLIVEIRA, Josivaldo Pires (Org.). – 1. Ed. – Curitiba: Honoris Causa, 2011, p. 90-93.

<sup>18</sup> Sobre o uso de fontes produzidas por autoridades para pesquisas sobre movimentos sociais das classes subalternas ver: SHARPE, Jim. A História Vista de Baixo. In: *A Escrita da História: Novas Perspectivas* / BURKE, Peter (org.); tradução de Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP. 1992, p. 39-62. THOMPSON, E. P. Patrícios e Plebeus. In: *Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional*. Revisão técnica Antonio Negro, Cristina Meneguello, Paulo Fontes. – São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 25-85.